

MICHAEL CONNELLY

A REVIRAVOLTA

Tradução de Miguel Castro Caldas

1

Terça-feira, 9 de fevereiro, 13h43

A última vez que comi no Water Grill foi num almoço com um cliente que tinha fria e calculadamente assassinado a mulher e o amante dela, ambos com um tiro na cara. Requisitara os meus serviços não só para o defender em tribunal, mas também para o redimir e restabelecer o seu bom nome na praça pública. Desta vez, à minha frente na mesa, estava alguém com quem tinha de ter ainda mais cuidado. Almoçava na companhia de Gabriel Williams, procurador distrital de Los Angeles.

Era uma tarde fresca e revigorante a meio do inverno. Sentei-me com Williams e o seu fiel chefe de gabinete – leia-se conselheiro político – Joe Ridell. O almoço fora marcado para as 13h30, hora a que a maioria dos advogados já regressara ao tribunal, impedindo que o procurador distrital exibisse publicamente o seu «namorico» com um membro do inimigo, que é como quem diz, eu, Mickey Haller, o defensor dos malditos.

Water Grill era um lugar simpático para se almoçar no centro da cidade. Com boa comida e bom ambiente, uma distância cómoda entre as mesas, o que permitia alguma privacidade, e uma lista de vinhos difícil de igualar na zona. Era o tipo de sítio em que não se despe

o casaco e em que um empregado estende um guardanapo preto no colo do cliente para este não ter trabalho. A equipa do Ministério Público pediu *martinis* por conta dos contribuintes da comarca e eu fiquei-me pela água gratuita com que o restaurante me ia enchendo o copo. Foram precisos dois goles de *gin* e uma azeitona para Williams chegar ao motivo daquele resguardo à vista de todos.

– Mickey, tenho uma proposta para ti.

Assenti com a cabeça. Ridell já mo dissera quando me ligara a combinar o almoço. Aceitei o encontro e depois atirei-me ao telefone para ver se reunia mais alguma informação sobre o que podia ser a tal proposta. Nem mesmo a minha primeira ex-mulher, que trabalhava no Ministério Público, sabia o que se passava.

– Sou todo ouvidos – disse eu. – Não é todos os dias que o procurador distrital em pessoa nos faz uma proposta. Calculo que não tenha a ver com nenhum dos meus clientes, que não me parecem merecedores da atenção de tão elevada personalidade. Até porque neste momento tenho poucos casos. Os tempos estão calmos.

– Sim, tens razão – disse Williams. – Não tem nada a ver com os teus clientes. Tenho um caso que gostaria que aceitasses.

Voltei a assentir. Percebia-o agora. Toda a gente odeia o advogado de defesa até ao dia em que precisam dele. Não sabia se Williams tinha filhos, mas ele saberia pela minha atividade que eu não aceitava casos de menores. Por isso, pensei que só podia ser por causa da mulher dele. Provavelmente um caso de furto ou de condução sob efeito de álcool que ele quisesse encobrir.

– Quem é que foi apanhado? – perguntei.

Williams olhou para Ridell, e trocaram um sorriso.

– Não é nada disso – contrapôs Williams. – A minha proposta é a seguinte: quero contratar-te, Mickey. Quero que venhas trabalhar para o gabinete do procurador distrital.

De todas as ideias que me passaram pela cabeça desde o telefonema de Ridell, não constava a de me contratarem para procurador. Eu era membro vitalício da Ordem dos Advogados há mais de vinte anos. Durante esse tempo, os procuradores e os polícias olhavam-me com suspeita e desconfiança, o que, embora não comparável à que sentiam por mim os *gangs* dos Jardins de Nickerson, punha de lado

a hipótese de alguma vez me juntar às suas fileiras. Pura e simplesmente, eles não me queriam e eu não os queria a eles. Com exceção daquela ex-mulher que mencionei e de um meio-irmão que era inspetor da Polícia de Los Angeles, não voltaria as costas a nenhum deles. Especialmente a Williams, que era em primeiro lugar um político e só depois procurador. O que o tornava ainda mais perigoso. Foi magistrado durante um breve período no começo da sua carreira, depois passou vinte anos como advogado especialista em direitos civis até que um dia concorreu ao posto de procurador do Ministério Público como externo e tomou as rédeas do gabinete com uma atitude antipolícia e antimagistratura. Eu estava em alerta total naquele almoço janota desde que me puseram o guardanapo no colo.

– Trabalhar para ti? – perguntei. – A fazer o quê, exatamente?

– Magistrado especial. Num único caso. Quero que trates do processo de Jason Jessup.

Olhei demoradamente para ele. Primeiro ocorreu-me dar uma gargalhada. Só podia ser uma brincadeira de mau gosto. Porém, depressa percebi que não, que não podia ser. Não te levam ao Water Grill por piada.

– Queres que trate da acusação de Jessup? Pelo que oiço dizer, não há nada para tratar. Esse caso é um pato sem asas. É só disparar e comê-lo com laranja.

Williams abanou a cabeça como se quisesse convencer-se a si mesmo de qualquer coisa, mas não a mim.

– Na próxima terça-feira, é o aniversário do homicídio – continuou. – Vou anunciar que tenciono reabrir o caso. E gostava de te ter ao meu lado na conferência de imprensa.

Reclinei-me para trás na cadeira e olhei para eles. Passei uma boa parte da minha idade adulta dentro dos tribunais a olhar para as pessoas e a tentar ler os júris, os juízes, as testemunhas e os procuradores. Acho que me tornei bastante bom. No entanto, naquele almoço não estava a conseguir ler Williams nem o seu compincha, sentados a menos de um metro de distância de mim.

Jason Jessup fora condenado por infanticídio e passara quase vinte e quatro anos na prisão até ao mês passado, quando o Supremo Tribunal da Califórnia revogou a sentença e reenviou o caso para a

comarca de Los Angeles, para novo julgamento ou retirada da acusação. A revogação chegou ao fim de duas décadas de combates judiciais, praticamente pelo próprio punho de Jessup a partir da sua cela. Recursos, requerimentos, queixas, quaisquer que fossem as ferramentas legais a que pudesse deitar a mão, o autoproclamado advogado não fazia progressos nos tribunais federais nem estatais, mas por fim ganhou a atenção de uma organização de advogados conhecida por Projeto Justiça Genética. Pegaram na sua causa e no seu caso e acabaram por conseguir uma autorização para a realização de um teste de ADN ao sémen encontrado na roupa da criança que Jessup fora acusado de estrangular.

Jessup fora condenado antes de ser prática comum usar as análises de ADN como prova em processos-crime. A análise realizada todos esses anos depois determinou que o sémen encontrado na roupa não era de Jessup, mas de outro indivíduo desconhecido. Embora os tribunais tivessem repetidamente mantido a condenação de Jessup, aquela nova informação representava uma reviravolta a favor dele. O Supremo Tribunal do Estado invocou os resultados do teste de ADN e outras inconsistências nos registos das provas e do julgamento, e revogou o caso.

Isto era o que eu sabia do caso Jessup, praticamente tudo através de notícias dos jornais e das bisbilhotices nos tribunais. Apesar de não ter consultado a decisão do tribunal, lera alguns excertos no *Los Angeles Times* e sabia que fora uma decisão rápida que secundava muitas das alegações de inocência de Jessup assim como a péssima condução do caso por parte da acusação e da Polícia. Como advogado de defesa, não posso dizer que não tenha ficado contente ao ver o gabinete do procurador ser alvo do escrutínio dos meios de comunicação social por causa da decisão do tribunal. É o que chamo ter prazer com a desgraça dos outros. Não interessa que o caso não fosse meu, nem que o regime atual no gabinete do procurador distrital nada tivesse a ver com o caso de 1986. São tão poucas as vitórias no lado da defesa que há sempre uma sensação de alegria coletiva com o sucesso dos outros e com a derrota do sistema.

A reabertura do caso pelo Supremo Tribunal havia sido anunciada na semana anterior, dando início a um contrarrelógio de sessenta dias

para que o defensor público pudesse pedir novo julgamento ou a retirada da acusação. Desde que o tribunal anunciara essa decisão, não houve um único dia em que Jessup não aparecesse nas notícias. Deu inúmeras entrevistas pelo telefone e em pessoa na prisão de San Quentin, declarando a sua inocência e apontando o dedo aos policiais e aos magistrados que o haviam posto naquela situação. Nestas condições, conseguiu reunir o apoio de uma série de celebridades de Hollywood e de atletas profissionais e apresentara já uma queixa contra a cidade e o condado, exigindo milhões de dólares de indemnização pelos danos causados nos muitos anos em que esteve preso injustamente. Jessup teve direito a um tempo de antena infundável e usava-o para se elevar ao estatuto de herói popular. Quando finalmente saiu da prisão também ele se tornara uma celebridade.

Com o pouco que sabia acerca dos pormenores desse caso, fiquei com a impressão de que se tratava de um homem inocente subjugado a um quarto de século de tortura e que merecia tudo o que lhe passasse pela cabeça pedir. No entanto, sabia também que, com a prova do ADN a revelar-se a favor de Jessup, o caso estaria perdido e que a ideia de o levar de novo a julgamento seria um exercício de masoquismo político, pouco provável na mente de homens como Williams e Ridell.

A menos que...

– O que é que tu sabes que eu não sei? – perguntei. – E que o *Los Angeles Times* não saiba?

Williams sorriu, emproado, e debruçou-se sobre a mesa para responder.

– Tudo o que o Jessup provou com a ajuda do defensor officioso foi que o ADN dele não estava na roupa da vítima – disse. – Como demandante, não lhe cabia provar de quem vinha.

– E então andaram a ver os bancos de dados.

Williams assentiu.

– Andámos. E encontrámos uma pista.

Não adiantou mais nada.

– E então qual é?

– Não vou revelá-la, a menos que aceites o caso. Se não, tenho de a manter confidencial. Mas posso dizer-te que as nossas descobertas conduzem a uma estratégia de julgamento que pode anular a questão

do ADN, deixando o resto do caso, e da prova, praticamente intacto. Não foi necessário o ADN para o condenar da primeira vez e não o será agora. Tal como em 1986, estamos convencidos de que o Jessup é culpado deste crime, e eu seria negligente para com os meus deveres se não tentasse acusá-lo, independentemente das hipóteses de condenação, das possíveis repercussões políticas ou da opinião pública.

Falava como se estivesse a fazer um comunicado para a imprensa.

– Então porque não reabres o processo? – perguntei. – Para quê vires ter comigo? Tens trezentos procuradores a trabalhar para ti. Até me estou a lembrar de uma que fechaste no escritório do Van Nuys que aceitaria este caso num abrir e fechar de olhos. Porquê eu?

– Porque esta acusação não pode vir do interior do gabinete do procurador distrital. Deves ter lido ou ouvido falar das alegações. Há uma mancha neste caso e não interessa que na altura não houvesse o raio de um advogado que trabalhasse para mim. É necessário trazer alguém de fora, alguém independente, que vá a tribunal. Alguém que...

– É para isso que serve o gabinete do procurador – fiz notar. – Se precisas de um advogado independente, vai ter com ele.

Estava a atirar-lhe areia para os olhos, e todos àquela mesa o sabiam. Gabriel Williams nunca convidaria o gabinete da procuradoria a entrar no caso. Seria atravessar o arame farpado da política. O cargo de procurador distrital na Califórnia era atribuído por nomeação política, e qualquer trampolineiro o via como o patamar seguinte de Williams no seu caminho para o cargo de governador ou outro cargo político igualmente importante. A última coisa que Williams queria era entregar a um possível rival político um caso que podia ser usado contra si, por mais antigo que fosse. Na política, no tribunal, na vida, não se dá ao inimigo o taco com o qual ele nos pode bater.

– Com este caso não vamos para a procuradoria – disse Williams em tom conclusivo. – É por isso que preciso de ti, Mickey. Tu és um advogado de defesa reconhecido e respeitado. Acho que a opinião pública acredita que possas ter uma postura independente e, portanto, vai confiar e aceitar a condenação que conseguirá para este caso.

Enquanto olhava para Williams, um empregado veio tomar nota dos nossos pedidos. Sem nunca quebrar o contacto visual comigo, Williams disse-lhe para se retirar.

– Não tenho dado muita atenção a isto – disse eu. – Quem é o advogado do Jessup? Seria complicado para mim enfrentar um colega que conhecesse bem.

– A única coisa que ele tem neste momento é o defensor oficioso e um especialista em ações cíveis. Não contratou um mandatário, porque, para ser franco, está à espera de que abandonemos o caso.

Assenti. Mais um obstáculo provisoriamente ultrapassado.

– Mas ele vai ter uma surpresa – disse Williams. – Tencionamos trazê-lo cá e levá-lo a novo julgamento. Ele é culpado, Mickey, e é tudo o que precisas de saber. Uma menina foi assassinada, e esse é o único facto que um procurador precisa de saber. Aceita o caso. Faz alguma coisa pela tua comunidade e por ti. Se calhar vais gostar e acabas por ficar, quem sabe. Se assim for, de certeza que arranjaremos uma solução.

Baixei o olhar para a toalha de mesa de linho e pensei nestas últimas palavras. Por um momento, sem querer, visualizei a minha filha sentada no tribunal a ver-me defender o Estado em vez do arguido. Williams continuou a falar, sem perceber que eu já tinha tomado uma decisão.

– É óbvio que não te posso pagar aquilo a que estás habituado, mas, de qualquer forma, penso que não seja pelo dinheiro que vais aceitar a proposta. Posso arranjar-te um escritório e uma secretária. E dar-te tudo o que precisares em matéria legal e científica. O melhor de tudo o que...

– Não quero um escritório na procuradoria. Tenho de me manter à margem disso. Tenho de ser completamente autónomo. Não haverá mais almoços. Fazemos o comunicado e depois deixas-me sozinho. Eu decido como devo proceder.

– Ótimo. Usa o teu escritório, desde que não o faças como arquivo de provas. E, claro, tu tomas as tuas decisões.

– E, se eu aceitar, sou eu quem escolhe a minha assessora e o meu investigador no departamento da Polícia de Los Angeles. Pessoas em quem eu confie.

– Do meu gabinete ou de fora, para teu procurador-assessor?

– Vou precisar de alguém de dentro.

– Então presumo que estejas a falar da tua ex-mulher.

– Precisamente. Se ela aceitar. E se, por alguma razão, conseguirmos uma condenação, vais tirá-la do escritório do Van Nuys e vais metê-la no centro, nos Crimes Graves, que é onde ela pertence.

– Isso é mais fácil dizer do que...

– São estas as condições. É pegar ou largar.

Williams olhou de relance para Ridell, e eu vi o suposto assessor a fazer um sinal de aprovação quase impercetível.

– Está bem – assentiu Williams, virando-se para mim. – Acho que posso aceitar. Se tu ganhas, ela ganha. Está combinado.

Estendeu a mão por cima da mesa e apertei-a. Ele sorriu, eu não.

– Mickey Haller pelo Estado – disse ele. – Soa bem.

Pelo Estado. Devia sentir-me bem, como se estivesse a fazer parte de uma causa nobre e justa. Porém, o único sentimento que me assaltava era o mau pressentimento de que tinha passado uma espécie de limite interior.

– Fantástico – disse eu.